

**1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura**  
**Ata da 134.<sup>a</sup> Sessão Ordinária**  
**Realizada em 26 de agosto de 1971 — (Quinta-feira)**

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Álvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsim, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (45); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Maurício Fruet e Wilson Brandão (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a  
**S E S S Ã O .**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E :**

**REQUERIMENTOS:**

— De autoria do sr. Deputado Santos Lima, solicitando dispensa de publicação da Redação Final para o Projeto de Lei n. 98-71.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Senhor Superintendente do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, contendo apêlo no sentido de ser estudada a possibilidade de instalar-se, no Município de União da Vitória, uma Agência do IPE, para um melhor atendimento aos inúmeros servidores, evitando, desta forma, o deslocamento para a Capital, e a exemplo de outras cidades que foram beneficiadas com tão importante acontecimento.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1971.

(a) Domício Scaramella.

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao Excelentíssimo Senhor Haroldo Leon Peres, Digníssimo Governador do Estado, no sentido de que determine providências administrativas, para que as atendentes sanitárias da Secretaria de Saúde Pública do Estado, passem a perceber vencimentos acima do mínimo regional.

Esta solicitação prende-se ao fato de que, com a decretação dos novos níveis de salário mínimo, em 1.º de maio do corrente ano, ficaram as referidas atendentes sanitárias com seus vencimentos inferiores ao mínimo fixado para esta região, o que contraria a Lei.

E de se ressaltar, ainda, que o mínimo fixado para o Estado é superior à referência V, em que muitos atendentes estão classificados.

(a) **Alvaro Dias.**

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1971.

### PROJETO DE LEI N.º 184-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Arquiconfraria das Mães Cristãs", com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1.971.

(a) **João Mansur.**

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando, desde a data da sua fundação — 6 de novembro de 1910 — os mais relevantes serviços à coletividade. Promove a formação social, moral e religiosa. Colabora com as obras sociais de Curitiba. Auxilia instituições reconhecidamente pobres. Auxilia a educação de estudantes pobres. Humana e elogiável sobre todos os aspectos, é sua finalidade. O relatório de suas atividades durante o exercício de 1970, nos dá uma idéia exata de seu trabalho.

Por tais razões, e por preencher todos os requisitos exigidos pela legislação que rege a espécie, acreditamos que esta Casa não deixará de acolher o presente Projeto de Lei, dispensando-lhe o necessário apoio.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a litura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Durante esta semana, comemora-se, em todo o Brasil, "A Semana Nacional da Criança Excepcional". O movimento, que focaliza um programa cujo objetivo fundamental é o de dialogar direta e francamente com os pais de crianças excepcionais, torna conta de quase todo o Brasil, realizando-se palestras, por várias autoridades no assunto. O temário das discussões é sempre adaptado às idades dos excepcionais focalizados, incluindo, entre outros, tópicos que dizem respeito aos núcleos de trabalho para excepcionais, aos problemas sexuais dos excepcionais adolescentes e adultos, e da formação de hábitos sociais das crianças retardadas.

O Ministro Jarbas Passarinho, ao abrir oficialmente as comemorações da "Semana Nacional da Criança Excepcional", ressaltou com grande ênfase o esforço que o Governo tem feito para encontrar medidas satisfatórias para

a solução dos problemas dos excepcionais, e concitou os participantes do Congresso a encontrarem uma fórmula plausível para a questão. Frizou Sua Excelência, em sua belíssima oração, que todas as medidas a serem tomadas devem ser de ordem técnica e não paternalista, enquadradas de maneira realista com nossas possibilidades.

Existem, no Brasil, segundo dados obtidos, cerca de cinco milhões de excepcionais, que vivem, em sua maioria, escondidos em suas casas, quase sempre humilhadas e improdutivos, o que sem dúvida alguma representa uma imagem muito triste e desoladora. Nos Estados Unidos, por exemplo, o então Presidente Kennedy, conseguiu que aproximadamente três milhões de excepcionais fossem absorvidos pelo trabalho nas fábricas e nas construções, tornando-se úteis à sociedade e a si próprios.

Aqui no Paraná, a exemplo do que ocorre em quase todo o Brasil, a assistência à criança excepcional ganha extraordinário desenvolvimento. Ela se alastra por todo o interior, onde abnegadas e dedicadas mestras, em missão verdadeiramente divina, vão semeando essa belíssima semente de amor e de carinho, muito própria da mulher brasileira.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Curitiba, que vem desempenhando um trabalho gradioso em favor do Excepcional, lança veemente apelo para que todas as mães compareçam aos postos especializados, a partir do dia primeiro de setembro a fim de fazerem um teste simples e rápido. Denomina-se a campanha, "Teste da Fralda", onde através da fralda molhada, pode-se constatar nas crianças de dois a seis meses uma das causas principais da deficiência mental.

É preciso a conscientização de todos, colaborando-se assim para prevenir, em muitos casos, a deficiência mental de muitas crianças, medida esta que pode evitar e diminuir em muito a incidência desse grande mal.

Por todo esse trabalho extraordinário, executado por abnegadas mestras espalhadas por todo o interior do Paraná, num movimento de grande sensibilidade humana e cristã, é que desejamos prestar a homenagem desta Casa do povo, deixando consignados, em seus Anais, a solidariedade dos Senhores Deputados ao trabalho do eminente Presidente da Federação Nacional das APAES, Dr. Justino Alves Pereira, que muito bem representa e dignifica todos aqueles que prestam esse extraordinário serviço à coletividade brasileira."

Muito obrigado. (Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, quero fazer um reparo a um noticiário da Televisão Iguaçu, Canal 4, onde, em um de seus programas, citou o meu nome, dizendo que eu admirava muito o Governador de Santa Catarina, pelo planejamento que está fazendo no seu Governo, e pelo atendimento que tem dado, principalmente aos professores do vizinho Estado, pela atenção que vem dedicando aos problemas catarinenses.

Embora preze muito aquela Emissora de Televisão, onde labutam meus melhores amigos, não quero me prestar a um papel de criticar o Governo de meu Estado, e tecerlouvaminhas a um Governo de Estado vizinho. Portanto, quero deixar meu reparo, não para ser agradável ao Governador do Estado do Paraná, mas sou daqueles paranaenses que também abriu um crédito de confiança ao Governador Haroldo Leon Peres pedindo a Deus que ele faça um Governo sem ódio, um Governo que esteja voltado, principalmente, aos supremos interesses da gente paranaense.

Não me prestarei, jamais, a um papel como este, de tecer críticas ao Governador de meu Estado; e enaltecer o Governador de um Estado vizinho, embora tudo seja Brasil.

E por falar em Santa Catarina — Santa Catarina está na ordem do dia, principalmente nesta Casa, onde lamentamos profundamente o pronunciamento do prezado amigo e digno Senador pelo Paraná, Sr. Mattos Leão, quando fez um pronunciamento no Senado Federal, dando quase como fato consumado a construção da refinaria no vizinho Estado de Santa Catarina. Não concordamos, em absoluto, com o pensamento do nobre Senador do Paraná, onde ele disse que seria anti-patriótico uma luta em termos regionais, para instalação de uma Refinaria. Pelo contrário, devemos lutar em termos regionais, porque o Paraná é um pedaço do Brasil, que contritui com suas divisas em dólares para o engrandecimento do Brasil, para a obra redentora da Revolução.

Portanto, o Paraná não está mendigando, mas deve gritar a alto e bem tom, através desta Casa, através de seus homens públicos, através dos políticos, através das classes trabalhadoras, através dos Sindicatos, numa campanha acirradíssima, para que o Governo Federal instale a Refinaria no Estado que oferece melhores condições, que é o Paraná.

Comprometi-me a trazer um trabalho técnico a esta Casa, sobre a Refinaria, mas não o fiz, porque o trabalho apresentado aqui pelo Deputado Nelson Buffara, já convenceu a todos, na sua parte técnica; mas me engajo ao lado daqueles que vão lutar incansavelmente para que o Governo Federal, se tem intenção de instalar em Santa Catarina a Refinaria, que recue no seu pensamento, e atenda a um Estado que oferece melhores condições para a instalação da Refinaria de Petróleo.

Considero infeliz o pronunciamento do Senador pelo Paraná, meu prezado amigo e por quem tanto lutei na eleição onde se sagrou preferido pelo Paraná, para ocupar a sua cadeira no Senado. Não concordo com o pensamento, nem com as palavras do Senador Mattos Leão.

Neste instante faço um apêlo ao Sr. Deputado João Mansur que, na qualidade de Líder do Governo nesta Casa, traga o pensamento do Governador Haroldo Leon Peres, sobre o assunto. Não é possível que o Governador se omita num assunto de tanta gravidade e tanta importância para o Paraná. Quero saber que gestões, que trabalho o Governador oferece ao Paraná, que conversações vem mantendo nas altas esferas administrativas, para que aqui seja instalada a Refinaria.

Estranhamos o silêncio do Líder do Governo, bem como de boa parte dos Deputados da ARENA, que seguem a orientação política do Governador do Estado. Necessário se torna que a opinião pública do Paraná conheça o pensamento do Governo. O por quê do seu silêncio, de sua omissão, porque, se as razões nos convencerem, porque às vezes o silêncio é uma arma, diz-se até que o silêncio é a alma do negócio. Pode ser que o silêncio seja a arma, e então nós também nos calaremos, se fôr esse o caminho para que aqui se instale a Refinaria.

Mas até lá, queremos saber, embora não seja pronunciamento público, mas, na reunião da Barcada, queremos saber a orientação do Líder do Governo e do Governador, sobre esse problema de máxima importância, um problema ao qual não estão alheios nem as classes produtoras, nem o próprio povo.

O povo está acompanhando com vivo interesse a atuação dos homens públicos quanto à construção da Refinaria, e jamais perdoará àqueles que se omitirem na defesa dos interesses do Paraná. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a satisfação e a honra de anunciar a presença, em Plenário, do Deputado Federal Sr. José Carlos Leprevost.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como ontem não houve sessão, os trabalhos foram suspensos a requerimento do ilustre Deputado Erondy Silvério, para que a Casa pudesse participar do encerramento da Semana do Exército, pudemos assistir à grande festa realizada no Centro Cívico de nossa Capital.

A grande festa de encerramento da Semana do Exército, que contou com a presença do Gal. Aírton Pereira Tourinho, Comandante da 5a. Região Militar, comoveu toda a massa presente, que culminou com a tradicional Corrida do Facho.

Queremos, desta Tribuna, cumprimentar o Gal. Aírton Pereira Tourinho e os Comandantes de todas as Unidades Militares de Curitiba, pela oportunidade que deram ao povo, de conhecer mais de perto o Exército Nacional, levando canhões e outros objetos às praças públicas.

O Paraná está de parabéns com as autoridades militares aqui sediadas, autoridades essas, devemos salientar, tomadas pelo espírito de pacificação; autoridades que têm assegurado, em especial, a liberdade de livre pensamento do nosso povo. É também graças ao espírito patriótico e democrático das autoridades militares de Curitiba, que a imprensa de nosso Estado tem tido o seu direito assegurado — o de elogiar ou o de criticar, o que é muito importante.

Por esta conduta das autoridades militares, nós vimos à Tribuna para enaltece-la. Este é um ato que engrandece o regime democrático de nosso País, pois é exatamente através da imprensa que o povo pode, na maioria das vezes, se orientar melhor com respeito à conduta de suas autoridades.

Sr. Presidente., Srs. Deputados, o jornal "Estado de São Paulo", que é um dos jornais mais admirados em toda a América do Sul que é um dos maiores jornais do Brasil que é um jornal livre, independente e soberano, na sua edição de ontem faz uma análise muito oportuna a respeito dos homens que foram escolhidos pela Revolução para governar os 22 Estados brasileiros.

A notícia começa com o seguinte título: "Ação de Executivos decepçiona governo"

(Lendo): — A constatação um tanto melancólica de que os atuais Governadores, escolhidos sob a responsabilidade pessoal do Presidente Médici, estão no mesmo nível dos seus antecessores, está contribuindo para fixar no Governo a decisão de restabelecer as eleições diretas em 1974.

Os primeiros balanços, ainda precários, sobre o comportamento político e administrativo dos Governadores, ensaiados em conversas informais na cúpula do sistema, apresentam algumas atuações satisfatórias, e muitas decepções. Os insucessos superam as confirmações de expectativas otimistas, justificando as preocupações do sistema, e que só não se acentuam porque o Governo Federal manipula um mecanismo rígido de controle, e considera-se habilitado a suprir boa parte das deficiências, com a realização das grandes obras de estrutura; por outro lado, o malogro de muitos Governadores é, em boa parte, atenuado pelo aperfeiçoamento das máquinas administrativas, beneficiadas pelos reflexos de uma mentalidade mais arejada, que se irradia do centro federal e alcança, ainda que com impacto reduzido, os Estados mais distantes.

O Governo assumiu uma cota de responsabilidade excessiva quando foi tängido pelas circunstâncias a selecionar praticamente todos os Governadores, ainda que em alguns casos tenha ratificado o que se afigurava a solução natural, desejada pela maioria das seções renistas.

Se esta interferência presidencial se impunha pelas circunstâncias, e atendia às exigências prioritárias da segurança, hoje já reclama uma revisão. O sistema está certo de que, mesmo restabelecendo as eleições diretas, manterá o controle das decisões partidárias, seja para influir nas escolhas do seu interesse, seja para o veto as soluções indesejáveis. E terá transferido, para a livre decisão do eleitorado, os méritos dos acertos, mas principalmente os ônus dos equívocos.

O texto do jornal é muito grande mas, vamos ver aqui os Governadores,

segundo este texto, que estariam sendo encarados pelo Governo Federal, como homens de projeção, de homens que estão se projetando.

Os melhores Governadores — Rondon Pacheco, de Minas Gerais; Gerhardt Santos, do Espírito Santo, e José Fragelli, de Mato Grosso.

Agora vem aqui, para tristeza nossa, o texto daqueles que não estão bem como Governo, dentro do nosso Brasil. Não é aqui a palavra de um Deputado do MDB, mas sim, é a opinião do jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO", um dos mais credenciados jornais de todo o mundo.

Diz aqui: — "Nas confidências recolhidas junto a fontes qualificadas do Governo, registra-se uma desalentadora confluência de julgamento quanto ao equívoco na indicação dos Governadores Haroldo Leon Peres, do Paraná; Walter de Andrade, do Amazonas; Eraldo Gueiros, de Pernambuco; e Colombo Salles, de Santa Catarina, este último apontado como um sonhador.

Portanto, entre os Governadores que foram apontados como não tendo sido bem escolhidos, que não estão sendo aqueles Governos que a Revolução esperava, segundo esta nota, estão Haroldo Leon Peres, do Paraná, Walter de Andrade, do Amazonas Eraldo Gueiros de Pernambuco, e Colombo Salles de Santa Catarina.

Infelizmente o nosso tempo está esgotado, e portanto não procederemos à leitura do texto, na sua íntegra. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Notamos que se desenvolve no Estado, uma grande campanha publicitária de combate a sonegação fiscal, campanha esta que vem sendo defendida por todo o Paraná, através de alguns órgãos da imprensa escrita, e também da televisão. Todos sabem qual o custo do espaço dos órgãos de publicidade. A preocupação que nos move, ao assumir a Tribuna desta Casa, é a de formular ao Departamento competente do Governo, responsável por esta campanha contra a sonegação fiscal, um requerimento de informações, a fim de que esta Casa e o Povo do Paraná tenha conhecimento se esta campanha que ocupa espaço nos principais órgãos de publicidade do Estado, se esta campanha é paga ou se é gratuita.

Porque, se for paga, nós entendemos que alguns cuidados deveriam ser tomados para o seu desenvolvimento, qual seja, de uma concorrência pública a fim de se apurar o que tange a preços, no que tange a custos, a conveniência do Estado em infundir esta campanha deste ou daquele órgão de imprensa.

Portanto, formulei este requerimento de informações, que diz em seu bojo o seguinte:

(Lendo):

"Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, com audiência da Casa, encaminhe-se ao Poder Executivo pedido de informações constantes dos seguintes quesitos:

1. A campanha publicitária de combate a sonegação fiscal é de veiculação paga ou gratuita?
2. Se é oneroso para qualquer entidade ligada ao Poder Público, qual a agência publicitária que a elaborou e distribui, e qual o seu custo programado?
3. Realizou o Estado concorrência pública para essa veiculação e procedeu o levantamento custo/leitor ou custo/ouvinte, procurando os veículos de divulgação de maior alcance no Interior do Estado?
4. Na hipótese negativa, qual critério orientou a distribuição das verbas publicitárias?

JUSTIFICATIVA:

O elevado custo dos espaços publicitários faz com que uma campanha,

nos moldes da lançada presentemente pelo Governo do Estado, se onerosa, movimente vultosas verbas. Tratando-se de dinheiro do povo, justo seria que tivesse a maior utilização, sendo rateado a todos os veículos, de mansira a atingir todo tipo de publico e em todo o Estado.

Nestas condições, o presente pedido de informações pretende cientificar a Casa dessa movimentação de verbas, levando o propósito, ainda, de alertar o Executivo para a necessidade de que se prestigie todos os veículos de divulgação, não apenas uma minoria.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1971.

(a) — Sebastião Rodrigues Júnior

Ora, nesta mesma Casa, ao início desta Legislatura, muito se falou dos gastos com publicidade do Governo anterior, muito se criticou a Administração passada, pela alegada verba expendida com publicidade. Um Deputado da Bancada da ARENA formulou nesta Casa um requerimento de informações, pedindo esclarecimentos acêrca das importâncias expendidas pelo Governo passado, por diversas campanhas publicitárias que ericetou, requerimento este aprovado por esta Assembléia. Entendo também que, se é legítimo se pretender saber quanto gastou o Governo anterior com publicidade, legítimo é, também, que se pretenda saber quanto está se gastando com a mesma finalidade. Portanto, é uma questão de coerência desta Casa, votou a aprovação de um requerimento aqui apresentado, se não me engano pelo sr. deputado Armando Queiroz, votar também o presente pedido de informações.

Acredito que o Governo tenha aceito a contratação desta publicidade a que me refiro, em todos os requisitos legais. Se assim fôr, não existe motivo para que se negue a aprovação deste requerimento. Entendo que negar o direito de saber o que pretendem com esta verba...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre orador que está esgotado o seu tempo.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Obrigado.

...a condição das medidas que o Governo tomou para defender a publicidade, é reprovável, e não deve ser conhecida pelos Srs. Deputados e pelo Estado do Paraná. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente.

Inicialmente queremos comunicar a esta Casa, um fato ocorrido nesta madrugada, cujas informações recebemos, pelo telefone, do Prefeito da cidade de Barbosa Ferraz, às 5 horas da manhã; um incêndio irrompeu no prédio onde funciona o Ginásio Estadual e Curso de Madureza, destruindo totalmente aquele edifício, dexando números alunos totalmente desabrigados. Este sinistro destruiu não só todo aquele edifício, como seus móveis, utensílios materiais, escolar, etc. Este fato estamos apenas registrando desta Tribuna, para que a Casa tome ciência, porque, paralelamente a esta comunicação, já fizemos contato com os órgãos competentes para as providências cabíveis; no caso, a sua restauração. Isto pôsto, sr. Presidente, srs. Deputados, eu gostaria de analisar aqui o pronunciamento feito pelo nobre Deputado Erondy Silvério, e uma parte do seu pronunciamento era o motivo de nossa vinda a esta Tribuna; no entanto, não há inconveniente que ambos recordemos o mesmo fato. Não no que tange a este pronunciamento lamentável, infeliz, feito pelo eminente Senador João de Mattos Leão, no que tange à vinda da refinaria de petróleo para o Paraná. Realmente, tudo é Brasil, e nós não podemos, de certa forma, fazer política em termos regionalistas, mas o fato é que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, jamais um homem que representa este povo e esta gente, que obteve uma votação a maneira que obteve, o Paraná sendo o que realmente é, um Estado que lidera em todos os sentidos, a produção, a indústria e o comércio, não poderíamos nós, que também representamos uma pequena parcela do povo, apoiar aquele pronunciamento, porque realmente é infeliz e inoportuno, por um homem que não é do nosso Partido, muito embora

abordado por outros, não seria por represália que tomasse posição antagônica. Devemos reconhecer que quem tem batalhado arduamente nesta Casa é o eminente Deputado do MDB, o ilustre Deputado Nelson Buffara, mas não seria por isto, por divisas partidárias, por fronteiras legendárias, por divergências ideológicas que iríamos tomar Sr. Presidente, uma posição que viesse prejudicar tanto o Paraná, porque, admitindo publicamente que esta refinaria não poderia vir ao Paraná, seria admitir que o Paraná está inferiorizado ao Estado vizinho, que tanto estimamos. Portanto, insistirei neste assunto. Quero me parabenizar com o Sr. Deputado Erondy Silvério por este episódio que, como homem da Arena, teve a coragem de vir a esta Tribuna e dizer seu pensamento. Temos tido até divergências aqui, quase sérias, com o Deputado Erondy Silvério, às vezes por falta nossa, quem sabe, e outras vezes por falta dele, naquele excesso de brio em defender suas fronteiras, sua região, sua política. Mas nestas divergências, jamais dissemos aqui que este homem tivesse sido incoerente. O eminente Deputado Erondy Silvério tem sido a coerência personificada. Assim é que, em outro tópico do seu pronunciamento, ele repudiou uma acusação que se fazia, até gratuita, em um dos Canais de Televisão de nossa Capital, quando pretendiam afirmar, enaltecendo a personalidade desse homem público, que ele estaria projetando o Governador do vizinho Estado, prejudicando, desta forma, a imagem do Governo do Paraná. S. Exa. coerente, com toda a dignidade que muito bem o caracteriza, assomou a esta Tribuna para deixar transparecer a verdade. E então, nós nos parabenizamos com o eminente Deputado, pela coerência, pela firmeza em suas atitudes, em suas posições. Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eminente Deputado Nelson Buffara, acima de tudo nós temos que resguardar, que enaltecer, que fazer justiça ao Grande Estado do Paraná. Tem à sua frente um Governador da Arena, como poderia ter à sua frente um Governador do MDB; tem teses defendidas pelos eminentes deputados da Arena, como poderia ter teses sadias defendidas também pelos eminentes membros do Partido minoritário.

Portanto, ao finalizar, gostaria de deixar aqui bem claro, que eu tenho a impressão de que na Bancada Estadual do Paraná não há uma só voz que não concorde com a iniciativa tão feliz e tão oportuna do eminente Deputado Nelson Buffara. E nós apelamos, todos em conjunto, para que as autoridades da Petrobrás não levem a sério um pensamento infeliz, naquela hora triste pronunciado por um eminente senador, João de Mattos Leão.

Nós estamos solidários com o Paraná, com o Governo do Paraná e com a Petrobrás que, se Deus quizer, haverá de fazer justiça, trazendo para nossa terra, para honra do Paraná e satisfação e prestigiamento do eminente deputado Nelson Buffara, esta refinaria tão desejada.

Agradeço aos srs. Deputados. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, antes de abordar o assunto que motivou a nossa vinda a esta Tribuna, agradeço aos srs. Deputados Erondy Silvério e Paulo Poli, pelo desassombro que demonstraram possuir como homens ligados ao Partido Aliança Renovadora Nacional, tiveram a coragem, a audácia, posso afirmar, de vir a esta Tribuna criticar o mais votado Senador por Estado, Mattos Leão, por ter sido numa ocasião de pouca inspiração, um dos momentos mais infelizes na história de sua vida política.

Agradeço ao sr. Deputado Paulo Poli, as referências feitas a meu respeito.

Sr. Presidente, srs. Deputados, no ano passado, no mês de setembro, outubro, aproximadamente, o tão discutido Senador Mattos Leão, foi autor de uma proposição que restabelecia a gratificação individual de produtividade ao



pessoal da Administração dos Portos do Paraná, quais sejam, Antonina e Paranaguá

Este Projeto enxertado, eivado por uma série de Emendas, que tiraram as suas características, Emendas que no nosso entender, serviram para despersonalizar o Projeto, Emendas essas que criaram um certo tumulto no Projeto, fazendo com que o mesmo fosse vetado pelo Sr. Governador de hoje, em meados de maio, aproximadamente. Nós como representantes do litoral, inconformados com este veto por mais que ele estivesse justificado, estamos hoje no firme propósito de o reexaminarmos aqui, novamente.

Sabem os Srs. Deputados que o Porto de Paranaguá está muito bem servido de Diretor Superintendente. O sr. Alfredo Budant, se não é o melhor, é talvez um dos melhores Superintendentes que já teve o Porto de Paranaguá. É um homem incansável, que demonstra acendrado amor à sua terra — é filho de Paranaguá — e até com certo sacrifício de ordem financeira, tem dado o máximo de si em benefício dos portuários, da cidade e do Estado.

Em contactos permanentes com o Secretário dos Transportes Dr. Walfrido Strobel, tem procurado demonstrar as injustiças praticadas contra os portuários, com o veto aposto pelo Governador do Estado. E procura encontrar uma solução, que será a de enquadrar os atuais funcionários do Porto na Lei Federal n.º 4.860. E desde que fossem enquadrados sob a iniciativa desta Lei, essa gratificação seria-lhes paga, como acreditamos ser interesse dos atuais responsáveis pelo Porto de Paranaguá.

O apêlo que estamos fazendo ao sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Transportes, está contido num requerimento, vasado nos seguintes termos:

"O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições e na forma regimental,

REQUER ouvido o Plenário, seja encaminhado aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretário de Transportes, veemente apêlo no sentido de que seja restabelecida a gratificação de produtividade de que trata o Art. 15 da Lei Federal 4.860, de 26 de novembro de 1965, aos servidores das Administrações dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Justifica-se plenamente o apêlo aqui consubstanciado, levando-se em conta que considerável percentagem do pessoal daqueles portos é regida pela C.L.T., percebendo vantagens por ela concedidas em detrimento dos funcionários de carreira que não têm o mesmo amparo".

É evidente que dentro de 30 ou 40 anos, todos os funcionários serão regidos pela C.L.T.. Enquanto isto não acontece, os atuais funcionários que pertencem ao quadro, em número aproximado de 750 ou 800, em flagrante injustiça que se comete contra os mesmos, ganham, em média, — e vários deles com mais de 8 ou 10 anos de serviço, de 200 a 250 cruzeiros, ao passo que os contratados pela C.L.T. ganham 500 cruzeiros, o dobro, portanto.

Prosseguindo a leitura de nosso requerimento, "Não há dúvida de que tal fato, além de criar distorções salariais, desestimula totalmente os servidores públicos daquelas Administrações que, como se sabe, constituem o arcabouço indispensável para o bom funcionamento das mesmas.

É justa e oportuna, portanto, a medida que motiva o apêlo ora feito, a qual, desde que implantada após a indispensável análise da situação, e em decorrência de estudos acurados, virá proporcionar, certamente, um indiscutível aumento de rendimento dos serviços prestados naqueles portos, nos quais desemboca, direta ou indiretamente, toda a economia do Estado.

É mais, como produto de tais estudos e em decorrência de tal medida, estar-se-ia, talvez, dando o primeiro passo no sentido da integração das Administrações dos Portos de Paranaguá e Antonina, com a consequente melhoria administrativa que, de tal passo, adviria.

Pela importância de que se reveste a medida para o nosso Estado, por dizer respeito às Administrações dos principais terminais por onde escoam a produção do Paraná, não temos dúvidas de que o atual Governo, empenhado

que está em acelerar o nosso desenvolvimento, haverá de examinar com carinho a viabilidade de sua imediata execução”.

Eu acredito, srs. Deputados, que o nosso apêlo encontra a ressonância que desejamos, uma vez que os reclamamos da Administração do Pôrto de Paranaguá, ao sr. Secretário dos Transportes, pois que aquêle Pôrto está subordinado àquela Secretaria, encontra amparo na Lei Federal n.º 4860.

O nosso apêlo está feito, oxalá os srs. Deputados concordem com esta nossa explanação. E também esperamos que, num futuro não remoto, num futuro próximo, esta Casa receba uma Mensagem para que possamos, na ocasião, com a compreensão de todos os srs. Deputados, votar, se possível em regime de urgência, sem enxertos de emendas, para evitar um colapso no principal escoadouro de nossas riquezas, ou seja, o Pôrto de Paranaguá.

Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Antônio Costa).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente de apoioamento. Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 236-70, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pirai do Sul, um terreno Urbano de 12.440,50 m<sup>2</sup>, na forma e como especifica. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 236-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, por doação, ao Município de Pirai do Sul, um imóvel constituído de um terreno urbano, com a área de 12.440,50 m<sup>2</sup>, sem benfeitorias, confrontando-se: pela frente, em 89,00 m., com a rua Alfredo Moreira; pelo lado direito, em 133,00 m., com patrimônio do Estado do Paraná; pelo lado esquerdo, em 145,00 m., com propriedade de Elvio Marchiori, e, pelos fundos, em 90,00 m., com quem de direito, havido na forma da transcrição n.º 6.148 no livro 3-I, do Registro de Imóveis da Comarca de Pirai do Sul.

Parágrafo Único — O imóvel a que se refere este artigo é destinado a construção de uma praça de esportes.

Art. 2.º — Fica estabelecido o prazo de cinco (5) anos para a destinação prevista por esta Lei, findo o qual retornará o imóvel ao patrimônio do Estado, desde que não lhe seja dado o fim especificado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de Agosto de 1971.

aa) **Maurício Fruet** — Presidente

**Wilson Brandão** — Relator

**Antônio Maciel**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n. 82-71, que autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Estadual no Município de Palotina, para funcionar a partir do ano em curso. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 82-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município

de Palotina, um Colégio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de Agosto de 1971.

aa) **Maurício Fruet** — Presidente

**Wilson Brandão** — Relator

**Antônio Maciel**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 53-70, de autoria do Dep. Armando Queiroz, fica criada uma Circunscrição de Trânsito na sede do Município de Engenheiro Beltrão, abrangendo os Municípios de Quinta do Sol, Fênix e Barbosa Ferraz. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 143-70, de autoria do Dep. Sílvio Barros, que declara de Utilidade Pública o Albergue Noturno Santa Luiza de Marillac de Maringá. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 271-70, de autoria do Dep. Igo Losso, que autoriza o Poder Executivo a doar a Luiz Gonzaga da Cruz, uma área de terra na forma que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 7-71, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Enéas Marques, o equipamento Elétrico, que especifica. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 98-71, de autoria do Dep. Gilberto Carvalho, que autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública, a Sociedade Brasileira de Estudos Espiritas (SEBEE), com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 17-71, de autoria do Dep. David Federmann, dá nova redação ao art. 11.º, da Lei n.º 6.120, de 1.º de Julho de 1970, e ao art. 139, da Lei n. 6.174 de 16 de novembro de 1970. — Parecer favorável da C.C.J. — COM EMENDA. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 24-71, de autoria do Dep. Igo Iwant Losso, que declara de Utilidade Pública a "MISSÃO CRISTA DO BRASIL", com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 39-71, de autoria do Dep. Xenofonte Vilanueva, que dá nova redação ao Artigo 7.º, da Lei n. 4.766 de 13 de novembro de 1963, alterado pelo artigo 1.º da Lei n. 5.802 de 12 de Julho de 1968. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N. 39-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — O Art. 7.º, da Lei n. 4.766, de 13 de novembro de 1963, alterado pelo Art. 1.º, da Lei n. 5.802, de 12 de julho de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7.º — Poderão inscrever-se no IPE, com os mesmos direitos e obrigações e mediante expressa manifestação de vontade à Superintendência, o Governador do Estado, os Secretários de Estado, os Deputados Estaduais e

Federais, os ocupantes de cargos em comissão e os professores suplementaristas”.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) Dep. Xenofonte Villanueva

#### JUSTIFICAÇÃO:

Os professores suplementaristas constituem, no setor do ensino, uma coletividade funcional bastante numerosa que presta relevantes serviços ao Estado. Em contrapartida, não desfruta de nenhuma espécie de garantia ou de proteção assistencial. Em caso de enfermidade, não dispõem os suplementaristas e seus familiares de órgão a que recorrer. Pelo falecimento do chefe, a família fica, por igual, em completo desamparo.

Assim, a medida preconizada neste Projeto de Lei é das mais justas e oportunas, porque facultará aos professores suplementaristas inscrever-se no Instituto de Previdência do Estado (IPE), o que lhes propiciará assistência médico-hospitalar, pensão para os dependentes, em caso de morte, e outros benefícios de ordem social.

Data: 12 de julho de 1968.

SÚMULA: Dá nova redação a dispositivos de Lei nrs. 4.766, de 13 de novembro de 1963, e 4.975, de 2 de dezembro de 1964, e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Os artigos 6.º, 7.º, 18, 48, 49 e 58 da Lei n.º 4.766, de 13 de novembro de 1963, possam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6.º — É obrigatória a inscrição:

- a) dos Servidores, civis e militares, inclusive inativos do Estado;
- b) dos Servidores, inclusive os inativos, das autarquias estaduais; e
- c) dos Magistrados, Ministros do Tribunal de Contas e Serventuários da Justiça remunerados pelos cofres públicos.

§ 1.º — Aos servidores, que em razão da natureza de sua função pública, estejam obrigados a inscrição em outro Instituto, não se aplicam as disposições deste artigo, cabendo aos interessados fazer a necessária prova.

§ 2.º — A ausência de formalidade na inscrição do contribuinte compulsório não prejudicará o direito à pensão ou pecúlio dos dependentes obrigatórios, na ordem legal, em caso de morte, inclusive no que pertine aos benefícios já concedidos”.

“Art. 7.º — Poderão inscrever-se, com os mesmos direitos e obrigações, mediante expressa manifestação de vontade à Superintendência do I.P.E., O Governador, os Secretários do Estado, os Deputados e os ocupantes de cargos em comissão.

D. O. n. 112 de 16 de Julho de 1968.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N.º 39-71

AUTOR: Dep. Xenofonte Villanueva

SÚMULA: Altera a redação do art. 7.º, da Lei n.º 4.766, de 13.11.1963.

#### P A R E C E R

1) — Pelo presente Projeto, pretende seu ilustre autor estender o direito de inscrição no Instituto de Previdência do Estado (IPE), aos professores suplementaristas.

2) — Só merece elogios a iniciativa do nobre Parlamentar, que irá de encontro às necessidades de uma grande e laboriosa classe.

Nada a opor, quanto à legalidade do Projeto.  
Pela aprovação, é o Parecer.  
Sala das Comissões, em 23 de Junho de 1971.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente  
**Odilon Reinhardt** — Relator  
**Emílio Carazzai**  
**Acyr José**  
**Muggiati Filho**  
**Sebastião Rodrigues Junior**  
**Armando Queiroz**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Superintendente do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, no sentido de ser estudada a possibilidade de instalar-se no Município de União da Vitória, uma Agência do IPE. — **Aprovado.**

— Requerimento de autoria do sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine providências administrativas, para que as atendentes sanitárias da Secretaria de Saúde Pública do Estado passem a perceber vencimentos acima do mínimo Regional. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Poder Executivo.

O SR. JOÃO MANSUR — Para discutir o requerimento, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a sessão de amanhã, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Governador do Estado e Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja restabelecida a gratificação de produtividade de que trata o artigo 15 da Lei Federal n.º 4.860. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Santos Lima, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final do Projeto de Lei n.º 98-71. — **Aprovado.**

Relatório e Parecer da Comissão Especial, relativa à Estrada de Ferro Central do Paraná, de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho. Será publicado em avulso para distribuição aos Srs. Deputados.

Em votação o requerimento contido na conclusão do relatório. — **Aprovado.**  
(O relatório será transcrito no final desta ata).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, às 10,00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

**REDAÇÃO FINAL** — dos Projetos de Lei n.ºs: 172-70 192-70.  
Levanta-se a sessão.

COMISSÃO ESPECIAL DE VERIFICAÇÃO E INDICAÇÃO DE  
PROVIDÊNCIAS RELATIVAS AS OBRAS DA ESTRADA DE  
FERRO CENTRAL DO PARANÁ

RELATÓRIO E PARECER DO RELATOR GERAL

SENHOR PRESIDENTE:

SENHORES DEPUTADOS:

1.o)

Em data de 13 de abril próximo passado, o Deputado Estadual ~~infra-assinado~~, através de exposição circunstanciada e com ampla justificativa, requereu e foi aprovada pelo Egrégio Plenário desta Casa a constituição de uma Comissão Especial, de cinco membros, para verificar a situação das obras da Estrada de Ferro Central do Paraná, apresentando, a final, um relatório e as indicações cabíveis.

A Comissão Especial ficou integrada pelos Senhores Deputados Antônio Lopes Júnior, Basílio Zanusso, Marciano Baraniuk e Paulo Poli, pela ARENA e Muggiati Filho, requerente, pelo MDB. Sua instalação se deu a 27 de abril, sob a presidência do Senhor Deputado Antônio Costa, 1.o Vice-Presidente da Assembléia Legislativa (art. 40, do Regimento Interno), ocasião em que foram eleitos Presidente e Vice-Presidente da Comissão Especial, respectivamente, os deputados Paulo Poli e Muggiati Filho.

A Comissão voltou a se reunir no dia 30 de abril, quando, por sugestão do Senhor Deputado Lopes Júnior, dividiram-se as atribuições de cada um de seus membros, na forma do artigo 10.o do Regimento Interno, fazendo-se as designações seguintes: a) o Senhor Deputado Lopes Júnior, para deliciar junto à Secretaria dos transportes e a firma construtora C.R. Almeida; b) os senhores deputados Basílio Zanusso e Marciano Baraniuk, para inspecionarem no local a obra; c) para tratar da matéria junto à Comissão de Construção da E.F.C.P. e Engenheiros da obra, bem assim, para relator geral, foi indicado o subscritor do presente.

Inclusas, cópias autênticas das atas dessas reuniões.

2.o)

Expediram-se, tempestivamente, conforme expedientes da douta 1a. Secretaria, assinados pelo Senhor Deputado Ivõ Thomazoni, ofícios aos Exmos. Srs. Presidente da República, Governador do Estado, Ministro da Fazenda, Ministro dos Transportes, Secretário dos Transportes, Presidente da Comissão da Estrada de Ferro Central do Paraná e ao Diretor-Presidente da Construtora C.R. Almeida S.A., todos eles, encaminhando cópia autêntica do mencionado requerimento, aprovado em Plenário, que criou esta Comissão Especial.

3.o)

A Comissão Especial recebeu relatórios da Comissão da Estrada de Ferro Central do Paraná, da Construtora C.R. Almeida S.A. e mais, cópia autêntica do Contrato de Empreitada Financeira, Termo de Aditamento, Tabela de Preços do D.N.E.F., com anexos do Decreto-lei n. 185, de 23 de fevereiro de 1.967, que estabelece normas para contratação de obras e para revisão de preços em contratos de obras ou serviços a cargo do Governo Federal e do Decreto n. 60.407, de 11 de março de 1.967, de 17 de março de 1.967, que fixa os tetos para reajustes de contratos e dispõe sobre a rescisão dos mesmos, além de copioso material fotográfico do estado atual da obra, que acompanha o presente.

4.o)

A imprensa noticiou ("Fôlha de Londrina", ed. de 26-06-71) que — "recursos no montante de 40 milhões de dólares foram concedidos para construção do trecho ferroviário — Apucarana-Ponta Grossa, por um grupo de 15 estabelecimentos de créditos americanos, liderados pelo "Morgan Guaranty Trust".

"O contrato — segundo a mesma fonte — foi assinado em Nova-Iorque, pelo Ministro Delfim Neto". "Do grupo de bancos participa também o Banco do Brasil, com um milhão de dólares, através de sua agência de Londres".

A Mensagem Governamental de n. 20-71, de 30 de julho de 1971, transformada na Resolução n. 15-71, desta Assembleia Legislativa, veio confirmar plenamente a obtenção do empréstimo de 40 milhões de dólares.

Em verdade, para firmar o novo convênio com o Governo da União, através do Ministério dos Transportes, visando a construção, transferência do acervo e indenização das obras da Estrada de Ferro Central do Paraná, o Governo do Estado teria que contar com os recursos indispensáveis ao prosseguimento da obra. Pelo recente Convênio, o Grupo Federal indenizará ao Governo do Estado do Paraná, como ressarcimento e na ordem prevista, as seguintes parcelas: o empréstimo de US\$24.000.000.00 do Convênio firmado em 28 de outubro de 1968, entre a União e o Paraná; o empréstimo de US\$40.000.000.00 ora tomado para conclusão da obra e a parcela de Cr\$ 100.000.000.00 que o Governo Estadual se obrigou de consignar no orçamento, para os investimentos previstos na obra. Tudo feito com fundamento na Lei Estadual n. 6.134-70. Assentou-se, ainda, para dezembro de 1973 o novo prazo para a entrega final de todos os serviços executados e de todo o acervo da ferrovia, em plenas condições de funcionamento, à posse da União, pela qual será explorada. Inclui-se o avulso pertinente ao último processo legislativo citado, que fica fazendo parte integrante do presente. É o relatório.

5.o)

A Comissão da Estrada de Ferro Central do Paraná está sob a chefia do Dr. Armando Robert, homem de conduta ilibada, professor universitário e engenheiro de elevado conceito.

Por longo tempo, a Comissão Especial debateu os problemas da ferrovia junto à C.E.F.C.P., constatando-se:

a) que, pela sua real importância, giram em torno dessa estrada de ferro não só as necessidades do Estado, mas igualmente, os mais vivos interesses da União;

b) que, iniciada em 1969, a obra sofreu paralização em outubro de 70, o que lhe tem motivado gravíssimos prejuízos: escorregamentos, recalques e deslizamentos de diversos aterros; entupimentos de valetas de drenagens e de proteção, por falta de capinação; desmoronamentos e erosões em diversos cortes, com casos de obstrução completa dos mesmos. Acresce notar que a falta de revestimento em concreto dos túneis, coloca-se em iminente perigo de decomposição da madeira e também da rocha, por suas características e infiltrações d'água, podendo ocorrer desmoronamento completo dos mesmos e a consequente perda integral de todo o projeto da estrada de ferro nessa área;

c) que, efetivamente, o trecho de 33 quilômetros, de Ponta Grossa a Ipiranga, que já estava dando tráfego, sofreu descompassamento dos serviços e não mais oferece condições de tráfego, cujo trecho, segundo ainda informou à esta Comissão o Dr. Armando Robert, a C.E.F.C.P. está procurando, através de recursos próprios, reabilitá-lo;

d) que a obra se viu paralizada pelo esgotamento de recursos financeiros, de vez que, embora autorizado pela Assembleia Legislativa do Estado, pelo Senado da República, pelo Banco Central do Brasil, pelo Ministério

dos Transportes e pelo Ministério da Fazenda, o aditivo contratual esbarrou no duto parecer do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, que assim concluiu:

"Quanto à capacidade financeira para liquidação da dívida, vemos as fls. 19 que não comporta o atual orçamento do DNEF a inclusão deste novo compromisso, pelo que deverá ser criado um **CREDITO SUPLEMENTAR PARA FAZER FACE AOS ENCARGOS DECORRENTES DA REFORMULAÇÃO DO ACORDO ENTRE O MINISTERIO DOS TRANSPORTES E O GOVERNO DO PARANA COM VISTAS A INCLUSÃO NESTE DO VALOR ORA PRETENDIDO DE US\$ 40.000.000.00**. Somos assim pela concessão do AVAL observada a ressalva do período anterior";

e) que, cumpre destacar, um termo de aditamento foi lavrado e assinado em Jerusalém, Israel, no dia 23 de fevereiro de 1.971, tendo por objetivo elevar o valor contratual em mais de Cr\$ 182.000.000,00 (cento e oitenta e dois milhões de cruzeiros), conforme a Lei n. 6.134, de 23 de julho de 1.970, a Resolução 74-70 do Senado Federal e Estudo Técnico Financeiro da Comissão de Estrada de Ferro Central do Paraná, com a finalidade de permitir a complementação das obras dessa ligação ferroviária.

No aludido termo se procurou, ainda, ressaltar o prazo de conclusão dos trabalhos de empreitada e tornar efetiva a destinação de recursos financeiros para cobertura de parte dos custos já efetivados ou a efetivar. Quanto ao prazo, assentou-se que a ferrovia seria concluída até dezembro de 1.971.

O termo de aditamento, não obstante, conforme se viu atrás careceu de eficácia, apesar de devidamente aceito e assinado pelo Estado do Paraná, C.R. Almeida S.A. e Walter-Resources Development International Ltd, pois não se celebrou o empréstimo em moeda estrangeira oferecido pelo Morgan Guaranty Trust Company Of New York. Tal empréstimo foi oferecido ao Estado que o aceitou, através de carta-compromisso de 23 de junho de 1.970;

f) que uma das primeiras providências da atual Comissão da E.F.C.P. foi transferir sua sede para esta Capital, junto ao prédio da Secretaria dos Transportes. E do seu relatório de abril de 1.971, chega-se, facilmente, à conclusão de que:

I — o atual Governo do Estado reconhece a importância e a necessidade de terminar essa obra;

II — as novas diretrizes que a atual Comissão pretende implantar no exercício de suas atividades são plenamente justificáveis e estão consubstanciadas nos itens seguintes: 1) medição geral dos serviços executados nos 330 km da ferrovia; 2) levantamento geral técnico e contábil da organização; 3) análise jurídica concernente aos dispositivos contratuais; 4) aditivo contratual; 5) convênio; 6) reestruturação da Central e 7) quotas de administração ou produtividade;

g) que a empresa Construtora C.R. Almeida S.A. deu cabal cumprimento ao contrato: "o que cobrou deu em serviço", sendo, atualmente, credora do Estado, de perto de Cr\$ 90.000.000,00;

h) que foi prevista no Contrato de Empreitada Financiada, em sua cláusula 36.2, a falta de recursos para conclusão da obra ficando até disciplinado — que "os recursos mencionados no item 36.1, não sendo suficientes para global cobertura do custo da obra até sua integral conclusão, serão complementados por outros recursos a serem providenciados pelo Estado, na forma da legislação em vigor, inclusive no que pertine a financiamentos externos, o que será feito na época em que se verificar qualquer insuficiência de recursos face as indicações do confronto entre o cronograma físico e o cronograma financeiro mencionado neste contrato" (instrumento contratual em vigor, fls. 21);

i) que, finalmente, convém lembrar as palavras com que o Diretor Ge-



ral do DEF, opinando quanto à exatidão dos custos adicionais diante do Senhor Ministro dos Transportes, definiu o novo empréstimo, através do ofício 134-GD, de 18-6-70.

"O estudo apresentado pelo Estado do Paraná, para conclusão da obra merece recomendação favorável de nossa parte, ainda que a ligação em aprêço já foi considerada pelo Governo Federal como sendo de alta prioridade por sua importância e para a economia da região e do País e, por outro lado, a sua rentabilidade imediata permite-nos considerar o projeto de engenharia final como perfeitamente vendável".

Com a aprovação do Convênio celebrado entre o Estado e a União, através do Ministério dos Transportes, em 23 de julho de 1971, o que se fez através da Resolução n.º 15-71, a Assembleia Legislativa do Paraná ratificou plenamente todos os atos anteriormente praticados, visando a construção, transferência do acervo e indenização das obras da Estrada de Ferro Central do Paraná.

Como bem acentua a ilustrada Mensagem Governamental n.º 20-71, o seu objeto versa "sobre aspectos complementares e formais da proposição originariamente aprovada, consubstanciados na Lei n.º 6.134-70".

Constata-se, portanto, que as obras dessa ferrovia, iniciadas nos governos anteriores, porém, que efetivamente tomaram impulso no período 1968-70, quando, praticamente, dois terços da empreitada foram concluídos, recebem do atual Governo do Estado as providências necessárias a sua continuidade e global conclusão, contando com o apoio decisivo e indispensável da União, que reiterou seu grande interesse na obra, considerando-a de alta prioridade.

Em razão do exposto, opinamos no sentido de que sejam encerradas as atividades desta Comissão Especial, cabendo à Assembleia prosseguir em suas atribuições fiscalizadoras, considerando-se plenamente alcançados os seus objetivos, estritamente públicos.

Uma vez aprovado em Plenário, do presente sejam remetidas cópias aos Exmos. Srs. Presidente da República, Ministro dos Transportes, Ministro da Fazenda, Diretor do DNEF, Governador do Estado do Paraná, Secretário dos Transportes, Presidente da Comissão da E.F.C.P. e à Construtora C.R. Almeida S.A..

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1971.

a) Muggiati Filho. — Relator-Geral da Comissão Especial